

BB DTVM

Demonstrações Contábeis

1º Semestre 2017



BANCO DO BRASIL



A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao 1º semestre de 2017, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas, sendo líder na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o *Ranking* da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). A instituição conta com uma equipe de 294 profissionais (dotação em 30.06.2017) de alto nível de qualificação e comprometimento, e possui produtos destinados aos diversos segmentos de investidores.

No *Ranking* Global de Administração da ANBIMA de junho de 2017, a BB DTVM permaneceu na liderança da Indústria, registrando um patrimônio líquido sob administração de R\$ 816,4 bilhões e 23,11% de participação de mercado.

Em Gestão, a BB DTVM também se destaca como a maior gestora de recursos de terceiros do país, registrando volume total de R\$ 800,8 bilhões e *market share* de 21,90%, conforme *Ranking* de Gestão da ANBIMA de junho de 2017.

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM gere e administra R\$ 52,4 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, a empresa encerrou o primeiro semestre de 2017 com um volume total de R\$ 868,8 bilhões em recursos de terceiros administrados, o que equivale a um crescimento de 20,85%, em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 718,9 bilhões).

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possui, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.

A BB DTVM, por decisões da Assembleia Geral de Acionistas de 27.04.2004 e de 26.04.2012, aderiu aos regimes de Comitê de Auditoria Único e de Comitê de Remuneração Único do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 3.198/2004 e CMN n.º 3.921/2010, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, tendo estruturados comitês internos com instâncias deliberativas. A decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades.

A adoção das boas práticas de governança enseja o monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos negócios e atividades da organização, incluindo as políticas da empresa, o que reforça o compromisso de sua administração com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador.

A BB DTVM aderiu, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.



II. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

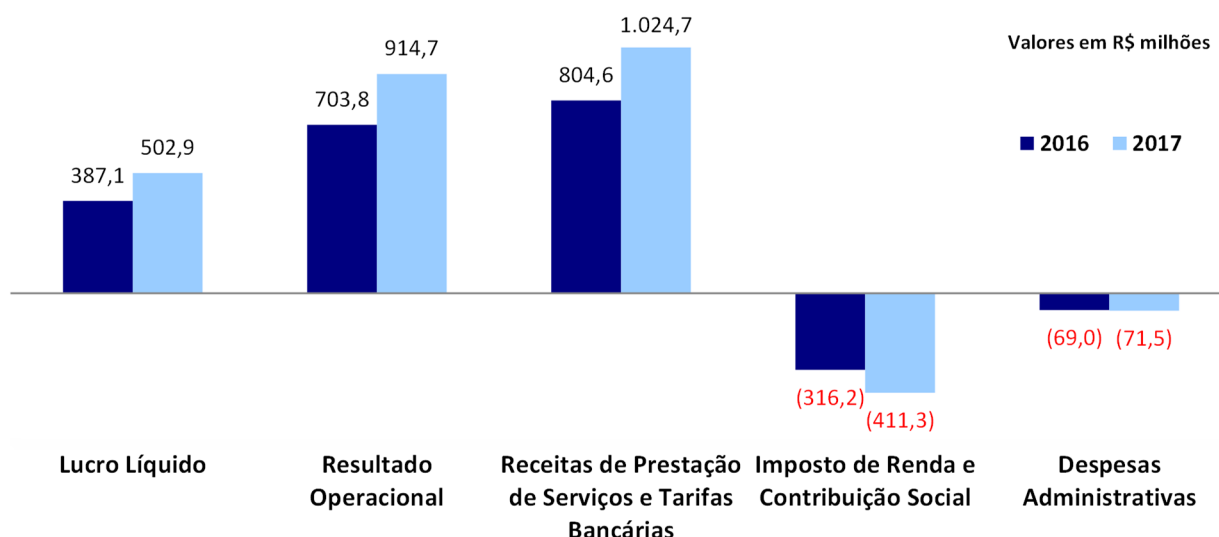
A BB DTVM encerrou o 1º semestre de 2017 com lucro líquido de R\$ 502,9 milhões, resultado 29,9% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

O resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 914,7 milhões contra R\$ 703,8 milhões no ano anterior, com incremento de 30,0%. As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 1.024,7 milhões contra R\$ 804,6 milhões no 1º semestre do ano anterior, cujo aumento de 27,4% deveu-se, em parte, ao incremento no patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados) em alguns segmentos, e também à atualização monetária dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras.

O crescimento das despesas administrativas, na ordem de R\$ 2,6 milhões, representou 3,7%, e resultou do aumento nas despesas de pessoal, devido ao reajuste salarial (dissídio coletivo – setembro/2016).

O incremento das despesas administrativas em patamar inferior ao incremento das receitas de prestação de serviços resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais, que passou de 8,10% em junho/2016 para 6,65% em junho/2017 (quanto menor, melhor).

O gráfico a seguir apresenta os principais componentes do resultado:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 30.06.2017 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.068/2001.

III. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o 1º semestre de 2017 na BB DTVM, destacaram-se:

- Capacitação da força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em captação expressiva em diversos segmentos;
- A BB DTVM investe permanentemente em ações de desenvolvimento de competências e gestão do conhecimento, o que é concretizado através de ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. No 1º semestre de 2017, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 12.034 horas de treinamento. A BB DTVM possui 226 profissionais certificados em CPA-20, 16 profissionais certificados no CFP e 20 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA);



- c) Participação ativa em eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas.

a) Premiações:

- a) *Ranking* Melhor Banco para Investir – FGV (fevereiro/2017): 1º lugar na categoria Ações, 2º lugar em Multimercados, 3º lugar em Varejo Seletivo e 4º lugar no *Ranking* Geral;
- b) *Ranking* Geral Top Asset - Revista Investidor Institucional (março/2017): Maior Gestor no *Ranking* Geral e Maior Gestor de Recursos nas categorias Fundos de Pensão, Governo, Capitalização, Varejo e FIDCs;
- c) *Ranking* Geral de Melhores Fundos para Institucionais - Revista Investidor Institucional (abril/2017): 4º colocada no *Ranking* geral, com 12 fundos considerados excelentes; sendo 7 fundos na Categoria Multimercado, 3 na categoria Renda Fixa e 2 na categoria Renda Variável;
- d) *Star Ranking* – Revista Valor Investe / Valor Econômico (junho/2017): 4 fundos classificados com cinco estrelas e 12 fundos com quatro estrelas.

b) Certificações:

- a) Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco *Moody's* América Latina. Em sua última análise, em 12.06.2017, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a *Moody's*, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido e os fundos tiveram forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente;
- b) A BB DTVM possui desde 2012 a ISO 9001:08 – Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. Em Outubro de 2015, a Fundação Vanzolini deliberou pela Recertificação da ISO 9001:08 da BB DTVM, no Processo de Análise de Risco de Crédito, com validade por mais 3 (três) anos.
- c) Em 2017, a Fitch Ratings atribuiu a nota “Excelente”, considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de gestão de ativos da BB DTVM são considerados extremamente robustos, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos internacionais. Destaca ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais.

c) Novos Produtos:

- a) No primeiro semestre de 2017, a BB DTVM lançou 36 fundos: 22 para o segmento *Private*; 5 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 4 para *Corporate*; 2 para Poder Público; 1 para RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social); 1 para Seguradoras; e 1 para Varejo Alta Renda.
- b) Destaque para o lançamento dos fundos BB Multimercado Longo Prazo Multiestratégia *Private* FIC e BB Renda Fixa Longo Prazo Crédito Privado FX *Bonds* Brasileiros Investimento no Exterior *Private* FIC para o segmento *Private*, e para o fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Fluxo Automático FIC para o segmento *Corporate*.



IV. SUSTENTABILIDADE

Alinhada aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em suas análises e decisão de investimento.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.327, em junho de 2015, o Conselho de Administração da BB DTVM aprovou a adesão da empresa à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, a BB DTVM participa do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em dezembro de 2016, a BB DTVM assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório “Dever Fiduciário do Século XXI”, iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o *The Generation Foundation*. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Também em 2016, a BB DTVM promoveu uma revisão na metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em suas análises em função das diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área.

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características ASG. O BB Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais. Já o fundo BB Multimercado Global *Acqua LP Private* prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo. O BB Previdenciário Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

A carteira de investimento do BB Ações ISE Jovem é composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais. Esse fundo destina 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil e esses recursos são direcionados exclusivamente para as ações do “Programa Água Brasil”, em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas – ANA. Por fim, o BB Ações Carbono Sustentabilidade é um fundo de investimento que acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e a BM&FBOVESPA, composto por ações das companhias participantes do IBRX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.



A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R\$ milhões)		
Fundo	30.06.2017	30.06.2016
BB Referenciado DI Social 50	563,3	105,6
BB Multi Global Acqua LP Private FI	302,8	289,9
BB Previdenciário Ações Governança	130,9	104,7
BB Ações ISE Jovem FIC	8,3	8,3
BB Ações Carbono Sustet. FIA	4,0	4,6
Total	1.009,3	513,1

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

V. GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez e operacional - inerente aos seus produtos e serviços, além das atividades de *compliance* e análise de risco de crédito.

Risco de Mercado

Utiliza-se, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (*Value at Risk* ou *VaR*) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como *Tracking Error*, *Duration*, Orçamento de *VaR*, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo é utilizada a métrica de *LVaR*. Referida métrica, similar ao *VaR* (*Value at Risk*), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Risco Operacional

A BB DTVM utiliza a metodologia de Modelagem de Processos, notação *Business Process Modeling Notation* (*BPNM*), para identificação do risco operacional associado aos processos operacionais vinculados a seus produtos, processos e serviços. As fragilidades identificadas são objeto de ações mitigadoras. Nos riscos classificados como de alta criticidade, segundo os parâmetros da Matriz de Criticidade de Risco Operacional, poderão ser emitidas Recomendações Técnicas de Risco Operacional que visam, dentre outros, obter o reforço institucional para a efetiva implementação das providências sugeridas.

A gestão de Perdas Operacionais e eventos de Quase Perdas utiliza, além da base de dados própria, os sistemas legados do Banco do Brasil S.A. As provisões judiciais também são monitoradas e avaliadas do ponto de vista da evolução quantitativa dos valores base e provisionado.

São apresentados reportes periódicos aos diversos fóruns da Empresa – Comitê de Riscos, Diretoria Executiva, Conselho de Administração – e do Controlador – Unidade Risco Operacional.



Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela equipe de Análise de Crédito da BB DTVM, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela Diretoria Executiva da BB DTVM, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Fundos, órgão colegiado formado por sete executivos da BB DTVM, ou à Diretoria Executiva da BB DTVM, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização do risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

A exposição total a grupos econômicos, emissores, emissões e risco setorial são controlados individualmente, a cada fundo, bem como de forma consolidada dos ativos sob administração da BB DTVM.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2017	30.06.2016
CIRCULANTE		1.254.505	1.018.267
Disponibilidades	4	2.784	2.159
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		890.406	710.293
Aplicações no mercado aberto	5.a	890.406	710.293
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		25	16
Carteira própria	6.a	25	16
Outros Créditos		360.876	305.271
Rendas a receber	7.a	25.529	17.083
Negociação e intermediação de valores	7.b	163.413	134.222
Diversos	7.c	172.271	154.130
(Provisão para outros créditos)	7.d	(337)	(164)
Outros Valores e Bens		414	528
Despesas antecipadas		414	528
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.275	14.947
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		7.044	7.421
Carteira própria	6.a	7.044	7.421
Outros Créditos		7.231	7.526
Diversos	7.c	7.996	8.315
(Provisão para outros créditos)	7.d	(765)	(789)
PERMANENTE		26.967	23.681
Investimentos	8	26.967	23.681
Outros investimentos		26.986	23.700
(Provisão para perdas)		(19)	(19)
TOTAL DO ATIVO		1.295.747	1.056.895



PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2017	30.06.2016
CIRCULANTE		1.163.676	924.633
Outras Obrigações		1.163.676	924.633
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		14.339	17.447
Sociais e estatutárias	9.a	503.341	387.735
Fiscais e previdenciárias	9.b	464.103	368.993
Negociação e intermediação de valores	9.c	162.947	129.943
Diversas	9.d	18.946	20.515
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		438	637
Outras Obrigações		438	637
Sociais e estatutárias	9.a	438	637
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.633	131.625
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	11.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	11.b	979	1.104
Reserva de Lucros	11.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.d	(5)	(13)
(Ações em Tesouraria)	11.e	(979)	(1.104)
TOTAL DO PASSIVO		1.295.747	1.056.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1º Sem/2017	1º Sem/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		41.235	39.936
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	41.235	39.936
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(162)	(8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reforço	7.d	(162)	(8)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		41.073	39.928
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		873.630	663.838
Receitas de prestação de serviços	10.a	737.470	590.835
Rendas de tarifas bancárias	10.b	287.277	213.747
Despesas de pessoal	10.c	(43.016)	(42.650)
Outras despesas administrativas	10.d	(28.530)	(26.336)
Despesas tributárias	12.c	(70.663)	(55.936)
Outras receitas operacionais	10.e	9.329	7.212
Outras despesas operacionais	10.f	(18.237)	(23.034)
RESULTADO OPERACIONAL		914.703	703.766
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		914.703	703.766
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.a	(411.254)	(316.248)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(545)	(421)
LUCRO LÍQUIDO		502.904	387.097
LUCRO POR AÇÃO			
Número de ações		100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		5,02904	3,87097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	914.703	703.766
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.928)	767
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	162	8
Reforço (Reversão) de provisões operacionais - RVA	(717)	--
Reforço (Reversão) de provisões fiscais e cíveis	(1.373)	759
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	912.775	704.533
Variações Patrimoniais	(617.832)	(497.309)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	--	9.638
(Aumento) Redução em outros créditos	(167.663)	(303)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(20)	407
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(589.555)	(487.944)
Aumento (Redução) de outras obrigações	139.406	(19.107)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	294.943	207.224
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) Redução em títulos disponíveis para venda	(1)	1
(Aumento) Redução em títulos mantidos até o vencimento	(387)	(395)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(388)	(394)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(429.050)	(404.641)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(429.050)	(404.641)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(134.495)	(197.811)
Início do período	1.027.685	910.263
Fim do período	893.190	712.452
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(134.495)	(197.811)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2015		109.699	1.018	21.939	(9)	(1.018)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	11.d	--	--	--	(4)	--	--	(4)
Transações com pagamento baseado em ações		--	86	--	--	(86)	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	387.097	387.097
Destinações: - Dividendos (R\$ 3.870,97 por lote de mil ações)	11.c	--	--	--	--	--	(387.097)	(387.097)
Saldos em 30.06.2016		109.699	1.104	21.939	(13)	(1.104)	--	131.625
Mutações do período		--	86	--	(4)	(86)	--	(4)
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	11.d	--	--	--	4	--	--	4
Transações com pagamento baseado em ações		--	(125)	--	--	125	--	--
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	502.904	502.904
Destinações: - Dividendos (R\$ 5.029,04 por lote de mil ações)	11.c	--	--	--	--	--	(502.904)	(502.904)
Saldos em 30.06.2017		109.699	979	21.939	(5)	(979)	--	131.633
Mutações do período		--	(125)	--	4	125	--	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18.08.2017.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados



estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.



e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 12.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 15).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.



Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.



4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades	2.784	2.159
Depósitos bancários	2.784	2.159
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	890.406	710.293
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	890.406	710.293
Total	893.190	712.452

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2017	30.06.2016
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar – posição bancada	890.406	710.293
Letras Financeiras do Tesouro	870.136	--
Letras do Tesouro Nacional	--	140.000
Notas do Tesouro Nacional	20.270	570.293
Total	890.406	710.293
Ativo circulante	890.406	710.293

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Rendas de Aplicações Compromissadas	40.848	40.081
Posição bancada	40.848	40.065
Rendas de CDI	--	16
Total	40.848	40.081



6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em Dias	30.06.2017					30.06.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	25	--	32	25	(7)	32	16	(16)
Títulos Privados	25	--	32	25	(7)	32	16	(16)
Cotas de fundos de investimento	25	--	32	25	(7)	32	16	(16)
Títulos Mantidos até o Vencimento	--	7.044	7.044	7.044	--	7.421	7.421	--
Títulos Privados	--	7.044	7.044	7.044	--	7.421	7.421	--
Cotas de fundos em direito creditório	--	7.044	7.044	7.044	--	7.421	7.421	--
Total	25	7.044	7.076	7.069	(7)	7.453	7.437	(16)

Vencimento em Dias	30.06.2017					30.06.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	25	7.044	7.076	7.069	(7)	7.453	7.437	(16)
Carteira própria	25	7.044	7.076	7.069	(7)	7.453	7.437	(16)

Vencimento em Anos	30.06.2017				30.06.2016			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	25	7.044	7.076	7.069	16	7.421	7.453	7.437
Títulos disponíveis para venda	25	--	32	25	16	--	32	16
Títulos mantidos até o vencimento	--	7.044	7.044	7.044	--	7.421	7.421	7.421

	30.06.2017			30.06.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	25	7.044	7.069	16	7.421	7.437
Carteira própria	25	7.044	7.069	16	7.421	7.437



Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	30.06.2017		30.06.2016	
Total por Categoria	7.069	100%	7.437	100%
Títulos disponíveis para venda	25	--	16	--
Títulos mantidos até o vencimento	7.044	100%	7.421	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	30.06.2017			30.06.2016
	Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Mantidos até o Vencimento				
FIDC BB Votorantim <i>Highland</i> Infraestrutura	5.742	7.044	7.044	7.421
Total	5.742	7.044	7.044	7.421

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.848	40.081
Títulos de renda fixa	387	431
Títulos de renda variável	--	(576)
Total	41.235	39.936

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos períodos encerrados em 30.06.2017 e 30.06.2016.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto nos períodos encerrados em 30.06.2017 e 30.06.2016.



7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	30.06.2017	30.06.2016
Taxa de administração diária de fundos	7.740	5.999
Taxa de administração de fundos – outros bancos	6.199	3.811
Taxa de administração mensal de fundos	5.484	4.765
Bônus de <i>performance</i>	3.533	189
Taxa de administração de carteiras	1.670	1.343
Distribuição de cotas	786	835
Taxa de administração de fundos <i>offshore</i>	117	141
Total	25.529	17.083
Ativo circulante	25.529	17.083

b) Negociação e Intermediação de Valores

	30.06.2017	30.06.2016
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	163.413	134.222
Total	163.413	134.222
Ativo circulante	163.413	134.222

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

c) Diversos

	30.06.2017	30.06.2016
Impostos e contribuições a compensar ⁽¹⁾	94.406	72.874
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾ (Nota 15.d)	54.229	47.557
Valores a receber de sociedades ligadas	17.836	19.940
Ativo fiscal diferido – crédito tributário (Nota 12.d)	7.162	7.481
Devedores diversos – País	5.800	13.759
Opções por incentivos fiscais	834	834
Total	180.267	162.445
Ativo circulante	172.271	154.130
Ativo realizável a longo prazo	7.996	8.315

(1) Inclui o valor de R\$ 20.382 mil (R\$ 18.274 mil em 30.06.2016) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

(2) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.



d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	30.06.2017	30.06.2016
Saldo Inicial	(940)	(945)
Reforço	(162)	(8)
Saldo Final ⁽¹⁾	(1.102)	(953)
Ativo circulante	(337)	(164)
Ativo realizável a longo prazo	(765)	(789)

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor – R\$ 765 mil (R\$ 789 mil em 30.06.2016), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. – Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	30.06.2017	30.06.2016
Certificados de investimento ⁽¹⁾	26.967	23.681
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	26.986	23.700
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(19)	(19)
Total	26.967	23.681

(1) Inclui provisão para ajuste a valor recuperável para os certificados de investimento audiovisual no valor de R\$ 4.797 mil (R\$ 3.554 mil em 30.06.2016).

9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	30.06.2017	30.06.2016
Dividendos e bonificações a pagar	502.904	387.097
Provisão para participações nos lucros	545	830
Gratificações e participações a pagar	330	445
Total	503.779	388.372
Passivo circulante	503.341	387.735
Passivo exigível a longo prazo	438	637



b) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2017	30.06.2016
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	410.703	316.547
Impostos e contribuições a recolher ⁽¹⁾	53.400	52.446
Total	464.103	368.993
Passivo circulante	464.103	368.993

(1) Inclui o valor de R\$ 25.157 mil (R\$ 28.985 mil em 30.06.2016) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.

c) Negociação e Intermediação de Valores

	30.06.2017	30.06.2016
Credores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	162.512	129.481
Credores – liquidações pendentes – outros ⁽²⁾	435	462
Total	162.947	129.943
Passivo circulante	162.947	129.943

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

d) Diversas

	30.06.2017	30.06.2016
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.160	13.547
Provisão para contingências - fiscais ⁽¹⁾ (Nota15.b)	5.226	6.761
Provisão para contingências - cíveis (Nota15.b)	375	90
Credores diversos – País	179	43
Provisão para pagamentos a efetuar	6	74
Total	18.946	20.515
Passivo circulante	18.946	20.515

(1) Reclassificação, em janeiro de 2017, do título Provisão para riscos fiscais, grupamento Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, em conformidade com a carta circular Bacen n.º 3.782/2016.



10 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Administração de fundos de investimento ⁽¹⁾	703.557	564.643
Fundos de rede	526.254	425.421
Fundos exclusivos	167.755	130.386
Fundos extramercado	8.862	7.958
Fundos de capital estrangeiro	686	878
Administração de carteiras	9.974	7.823
Bônus de <i>performance</i>	9.418	1.157
Serviços prestados a ligadas	8.442	9.708
Distribuição de cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	4.703	4.792
Gestão de fundos de investimento	1.074	695
Taxa de rebate	195	1.894
Outras	107	123
Total	737.470	590.835

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	287.277	213.747
Total	287.277	213.747

c) Despesas de Pessoal

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Proventos	(25.327)	(25.474)
Encargos sociais	(12.564)	(12.501)
Benefícios	(3.299)	(3.234)
Honorários	(1.455)	(1.141)
Outras	(371)	(300)
Total	(43.016)	(42.650)



d) Outras Despesas Administrativas

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(18.992)	(15.489)
Comunicações	(2.982)	(4.058)
Aluguéis	(2.649)	(3.244)
Transporte	(749)	(508)
Condomínio	(744)	(677)
Contribuições filantrópicas	(539)	(252)
Manutenção e conservação de bens	(364)	(357)
Serviços técnicos especializados	(312)	(319)
Água, energia e gás	(286)	(283)
Promoções e relações públicas	(218)	(389)
Processamento de dados	(135)	(154)
Outras	(560)	(606)
Total	(28.530)	(26.336)

(1) Refere-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria (Nota 13).

e) Outras Receitas Operacionais

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Taxa contratual de resgates antecipados	3.224	2.916
Devedores por depósitos em garantia	2.216	2.808
Reversão de provisões para contingências (Nota 15.b)	1.998	--
Indébito tributário – ILL ⁽¹⁾	1.012	1.409
Reversão de provisões operacionais - RVA	717	--
Outras	162	79
Total	9.329	7.212

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário – ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Banco do Brasil – suporte operacional	(9.038)	(12.019)
Variações monetárias passivas ⁽¹⁾	(8.272)	(8.204)
Provisão para contingências (Nota 15.b)	(625)	(759)
Contribuições a entidades de classe	(276)	(323)
Patrocínio à cultura	--	(600)
Prêmio de seguro	--	(1.037)
Outras	(26)	(92)
Total	(18.237)	(23.034)

(1) Referem-se à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.



11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 109.699 mil, em 30.06.2017 e 30.06.2016, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R\$ 131.633 mil (R\$ 131.625 mil em 30.06.2016) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1,32 por ação, em 30.06.2017 e 30.06.2016.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	30.06.2017	30.06.2016
Reserva de Capital	979	1.104
Transações com pagamento baseado em ações e outros instrumentos	979	1.104
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Distribuição de Dividendos

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Lucro Líquido do Período	502.904	387.097
Base de Cálculo	502.904	387.097
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	125.726	96.774
Dividendo adicional	377.178	290.323
Total Destinado ao Acionista	502.904	387.097
Saldo do Lucro Líquido, após Destinações	0	0

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	2017			2016		
	31.12.2016 Saldo	Movimentação Líquida no Período	30.06.2017 Saldo	31.12.2015 Saldo	Movimentação Líquida no Período	30.06.2016 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios ⁽¹⁾	(11)	4	(7)	(11)	(5)	(16)
Efeitos tributários	2	--	2	2	1	3
Total	(9)	4	(5)	(9)	(4)	(13)

(1) Inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2017, foram adquiridas 10.397 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2016 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 11.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 2.085 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 1.973 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e 5.220 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015 e, em abril de 2017, foram transferidas



4.907 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

Em março de 2016, foram adquiridas 26.109 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2015 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 11.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 5.229 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 3.170 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e, em abril/2016, foram transferidas 4.907 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

A empresa detém 40.900 ações (50.100 ações em 30.06.2016) correspondente ao saldo de R\$ 979 mil (R\$ 1.104 mil em 30.06.2016).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2012	12.680	26,78	11.483	1.197	2018 ⁽¹⁾
Subtotal				1.197	
Programa 2013	24.546	23,83	19.639	4.907	2018
Subtotal				4.907	
Programa 2014	27.063	22,98	16.239	5.412	2018
				5.412	2019
Subtotal				10.824	
Programa 2015	26.109	19,92	10.449	5.220	2018
				5.220	2019
				5.220	2020
Subtotal				15.660	
Programa 2016	10.397	32,84	2.085	2.078	2018
				2.078	2019
				2.078	2020
				2.078	2021
Subtotal				8.312	
Total				40.900	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016 e em conformidade com o regulamento do Programa de Remuneração Variável 2012, não foi transferida aos Diretores a totalidade das ações relativas à 4ª parcela. As ações restantes serão distribuídas em programas futuros.



12 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Valores Correntes	(410.703)	(316.552)
IR e CSLL no País	(410.703)	(316.552)
Valores Diferidos	(551)	304
Ativo Fiscal Diferido	(551)	304
Diferenças intertemporais	(551)	304
Total	(411.254)	(316.248)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Resultado antes dos Tributos e Participações	914.703	703.766
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(411.616)	(316.695)
Incentivos Fiscais	--	330
Outros valores	362	117
IR e CSLL do período	(411.254)	(316.248)

c) Despesas Tributárias

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Cofins	(42.897)	(34.050)
ISSQN	(20.491)	(16.053)
PIS/Pasep	(6.971)	(5.533)
Outras	(304)	(300)
Total	(70.663)	(55.936)



d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2016	1º Sem/2017		30.06.2017	30.06.2016
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	7.714	257	(809)	7.162	7.481
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118	26	(30)	114	118
Provisões passivas	2.788	231	(779)	2.240	2.740
Marcação a mercado	2	--	--	2	3
Provisão para perdas permanentes – cotas de fundos	4.524	--	--	4.524	4.524
Outras provisões	282	--	--	282	96
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.714	257	(809)	7.162	7.481
Imposto de Renda	4.139	143	(486)	3.796	4.108
Contribuição Social	3.574	114	(323)	3.365	3.372
PIS/Pasep e Cofins	1	--	--	1	1

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco do Brasil S.A.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	--	--
Em 2018	--	--
Em 2019	359	289
Em 2020	987	743
Em 2021	1.367	952
Em 2022	1.424	916
Em 2023	1.210	719
Em 2024	862	473
Em 2025	519	263
Em 2026	265	124
Em 2027	169	75
Total de créditos tributários em 30.06.2017	7.162	4.554

No decorrer do exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 809 mil, superior a respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.



13 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria e Conselho de Administração da BB DTVM foram de R\$ 1.854 mil (R\$ 1.456 mil no 1º semestre/2016) e ao Conselho Fiscal foram de R\$ 147 mil (R\$ 106 mil no 1º semestre/2016).

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 11.f).

A BB DTVM não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas



30.06.2017			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	2.784	--	2.784
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	890.406	--	890.406
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.052	1.052
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	17.836	17.836
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	502.904	--	502.904
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	13.151	9	13.160
1º Sem/2017			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.848	--	40.848
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	8.442	8.442
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.434	6.434
Despesas tributárias	(259)	--	(259)
Despesas de pessoal	(42.811)	--	(42.811)
Despesas administrativas diversas	(9.997)	--	(9.997)
Despesas de serviço do sistema financeiro – custódia e controladoria	(17.539)	--	(17.539)
Despesas de serviço do sistema financeiro – comissões ⁽³⁾	--	(10)	(10)
Banco do Brasil – suporte operacional (Nota 10.f)	(9.038)	--	(9.038)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(8.272)	--	(8.272)
Outras despesas operacionais	(265)	--	(265)
30.06.2016			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	2.159	--	2.159
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	710.293	--	710.293
Taxa de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	1.065	1.065
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽²⁾ (Nota 7.c)	--	19.940	19.940
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	387.097	--	387.097
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾ (Nota 9.d)	13.543	4	13.547
1º Sem/2016			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.081	--	40.081
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽⁴⁾ (Nota 10.a)	--	9.708	9.708
Rendas de taxas de administração de carteiras ⁽¹⁾	--	6.326	6.326
Despesas tributárias	(283)	--	(283)
Despesas de pessoal	(42.650)	--	(42.650)
Despesas administrativas diversas	(11.544)	--	(11.544)
Despesas de serviço do sistema financeiro – custódia e controladoria	(14.017)	--	(14.017)
Despesas de serviço do sistema financeiro – comissões ⁽³⁾	--	(21)	(21)
Banco do Brasil – suporte operacional (Nota 10.f)	(12.019)	--	(12.019)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(8.204)	--	(8.204)
Outras despesas operacionais	(314)	--	(314)

(1) O saldo de outras partes relacionadas refere-se a empresas do grupo Mapfre (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos, ABS Aliança do Brasil Seguros e Mapfre Vida).

(2) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

(3) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Asia.

(4) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A.



14 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 13).

	30.06.2017	30.06.2016
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A.	294	293
Maior salário	R\$ 61.564,83	R\$ 61.564,83
Menor salário	R\$ 3.139,33	R\$ 2.810,02
Salário médio	R\$ 14.565,20	R\$ 13.168,58

15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.



Movimentações na provisão para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	1º Sem/2017	1º Sem/2016
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	6.864	6.019
Constituição	359	742
Reversão de provisão	(1.997)	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	5.226	6.761
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	110	73
Constituição	266	17
Reversão de provisão	(1)	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	375	90
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	5.601	6.851

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.806	305
De 5 a 10 anos	1.825	68
Acima de 10 anos	595	2
Total	5.226	375

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2017	30.06.2016
Demandas fiscais ⁽¹⁾	172.178	437.405
Demandas cíveis	13.967	13.287
Total	186.145	450.692

(1) Inclui redução decorrente de ajuste do valor de possível condenação vinculada a execução fiscal ajuizada pelo município do Rio de Janeiro, no qual cobra créditos tributários relativos ao não pagamento de ISSQN. Tal ajuste refere-se ao cancelamento parcial, promovido pelo próprio município do Rio de Janeiro, de duas Certidões de Dívida Ativa que lastreiam a execução fiscal.



d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2017	30.06.2016
Demandas fiscais	54.073	47.401
Demandas cíveis	156	156
Total	54.229	47.557

e) Obrigações Legais

Em 30.06.2017 e 30.06.2016 não havia registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e ao Acionista da
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016, e Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, além de outras previstas na regulamentação ou designadas por aquele Conselho.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, diretoria, Banco Central do Brasil e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB DTVM.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança, auditoria dos fundos de investimento e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou as demonstrações contábeis e notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 30/06/2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília – DF , 18 de agosto de 2017.

Egidio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Luiz Serafim Spinola Santos



DIRETORIA

PRESIDENTE

Paulo Roberto Lopes Ricci

DIRETORES

Ana Paula Teixeira de Sousa
Carlos José da Costa André
João Vagnes de Moura Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Walter Malieni Junior (Presidente)
Márcio Hamilton Ferreira (Vice-presidente)
Antonio Mauricio Maurano
Priscilla Maria Santana

CONSELHO FISCAL

Iêda Aparecida de Moura Cagni (Presidente)
Daniel de Araújo e Borges
Luiz Fernando Alves

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames (Coordenador)
Antônio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87